

GEOPOLÍTICA DO TRABALHO: PANORAMA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM FOZ DO IGUAÇU

João Pedro Fritsch Cararo¹

Resumo: O presente artigo busca, dentro do recorte geográfico representado pelo município de Foz do Iguaçu, responder à pergunta: “*quais são as raízes históricas das problemáticas do desemprego e do trabalho informal?*” Para isso, são abordados temas que se relacionam com a construção da oferta de emprego e de mão-de-obra em Foz do Iguaçu, a organização dos trabalhadores, o trabalho informal e temas próprios à realidade de fronteira. Dessa forma, discute a geopolítica brasileira e necessidade de desenvolvimento de Foz do Iguaçu; a imigração em Foz do Iguaçu; as raízes da problemática do trabalho na localidade; formas de organização dos trabalhadores na localidade e, ainda, o desemprego e trabalho informal na tríplice fronteira. Sendo construído, dessa forma, um panorama de temas que influenciam direta e indiretamente nas dinâmicas de exploração do trabalho em Foz do Iguaçu no passado e na atualidade, materializando a modificação das formas de exploração e necessidade de, em contraposição, modificar as formas de criar identificação enquanto classe trabalhadora.

Palavras-chave: Migração; Mercado de trabalho; Geopolítica.

GEOPOLÍTICA DEL TRABAJO: RESUMEN DEL TRABAJO PRECARIO EN FOZ DE IGUAZÚ

Resumen: Este artículo busca, dentro del esquema geográfico representado por el municipio de Foz de Iguazú, responder a la pregunta: “¿Cuáles son las raíces históricas de los problemas del desempleo y el trabajo informal?” Para eso, se abordan temas relacionados a la construcción del empleo y la oferta laboral en Foz de Iguazú, la organización de trabajadores, el trabajo informal y temas específicos de la realidad fronteriza. De esta manera, analiza la geopolítica brasileña y la necesidad de desarrollo en Foz de Iguazú; inmigración en Foz de Iguazú; las raíces del problema del trabajo en la localidad; formas de organización de los trabajadores de la localidad y desempleo y trabajo informal en la triple frontera. Por lo tanto, se construye una visión general de los temas que influyen directa e indirectamente en la dinámica de la explotación laboral en Foz de Iguazú en el pasado y hoy, materializando el cambio de las formas de explotación y la necesidad de, por el contrario, modificar las formas de crear identificación como clase trabajadora.

Palabras clave: Migración; Mercado de trabajo; Geopolítica.

GEOPOLITICS OF WORK: OVERVIEW OF JOB INSECURITY IN FOZ DO IGUAÇU

Abstract: The present article seeks, inside the geographic cutout represented by the municipality of Foz do Iguaçu, answer the question: “*what are the historical roots of the problem of unemployment and informal work?*” For that, are addressed topics that relate to the construction of job offer and labor in Foz do Iguaçu, the organization of workers, informal work and themes that are specific to the reality of borders. This way, discuss the Brazilian geopolitics and the necessity of development of Foz do Iguaçu; the immigration in Foz do Iguaçu; The roots of the problem of work in the locality; means of organization of workers in Foz do Iguaçu; and, yet, the unemployment and informal work on the triple frontier. Being constructed, this way, an overview of themes that influence directly and indirectly on the dynamic of the work exploitation in Foz do Iguaçu in the past and today, materializing the modification of the means of exploitation and the necessity of, in contrast, change the means of create identification while working class.

Keywords: Migration; Job market; Geopolitics.

¹ Graduando em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Contato: jpf.cararo.2018@aluno.unila.edu.br.

Introdução

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-C) divulgada em 27 de setembro de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 41,4% dos trabalhadores brasileiros estavam em situação de trabalho informal. Além destes, 11% da população com idade para trabalhar estava, ainda segundo o IBGE, desempregada no 4º trimestre de 2019.

Esse cenário de desemprego e precarização do trabalho, materializado no crescimento da informalidade do trabalho, dinâmica inerente ao sistema capitalista, tendo valor de regulador de preços de serviços e produtos, é determinado por fatores como a oferta de emprego e de mão-de-obra, além de espaço, localidade geográfica e sua população e, mais recentemente, novas formas de vínculos empregatícios vetorizados pela atuação de empresas do ramo de tecnologias e *startups*.

De início, considera-se que, ainda que haja migração em busca de empregos e renda, a busca por inserção no mercado de trabalho se dá localmente, onde reside o trabalhador. Com isso, a primeira condicionalidade da realidade da dicotomia emprego-desemprego é a localização geográfica.

Dentro desta localização geográfica, está inserida uma população que se relaciona com o espaço geográfico desempenhando as mais variadas atividades. Uma maior população significa uma maior oferta de mão-de-obra, que torna necessária uma maior oferta de empregos. A relação entre ambas, quando não suprida, formará um exército de reserva ou desemprego estrutural. Dentro desta situação de desemprego e perante a necessidade de subsistência, são desenvolvidas diferentes atividades informais, muito raramente bem remuneradas.

Nessa relação, ainda, se inserem mais recentemente as novas tecnologias e sua aplicação ao mundo do trabalho, gerando fenômenos que remodelam o mercado de trabalho desde a terminologia utilizada para tratar das relações produtivas até as possibilidades de reivindicação de melhores condições de trabalho ou remuneração.

No entanto, a localização geográfica na qual se insere uma população está envolvida com temas mais diversos. No Brasil, estas relações são temas de estudos geopolíticos que se debruçam, principalmente, sobre a problemática das grandes dimensões do território e das fronteiras terrestres, e, portanto, sobre a necessidade de garantir a segurança nacional e

integridade territorial mediante a ocupação humana e desenvolvimento de atividades produtivas variadas. Esse cenário coloca a distribuição geográfica da população e o decorrente desenvolvimento de atividades econômicas, pela necessidade de subsistência, no debate sobre a segurança nacional e soberania territorial.

O presente trabalho busca compreender a condicionalidade do trabalho, construída historicamente na área de fronteira, como reflexo de um empreendimento cujo foco está ligado à segurança territorial nacional e projeção de poder continental que, ao envolver massas populacionais, traz consigo necessariamente problemáticas relacionadas às condições de trabalho e subsistência dos grupos envolvidos. Para isso, são avaliadas questões como a forma de crescimento e absorção populacional de Foz do Iguaçu, dinâmicas de trabalho e suas implicações, destacando ainda o dualismo emprego e desemprego.

Dessa forma, o presente artigo se divide em cinco sessões. A primeira estudará a geopolítica brasileira, destacadamente o tema de fronteiras, suas teorias, aplicações nacionais, e o caso específico materializado pela construção de Itaipu, cujas implicações influenciam no cenário de Foz do Iguaçu. A segunda se debruça sobre o tema de migrações, que fazem parte do desenvolvimento do contingente populacional que constrói relações laborais na região estudada. A terceira trata de raízes históricas da problemática do trabalho na região. A quarta debate a organização dos trabalhadores em Foz do Iguaçu, uma vez que se materializa no contexto estudado em busca de melhores condições de trabalho dentro do sistema capitalista. A quinta, por fim, trata devidamente da temática de desemprego e trabalho informal no cenário estudado. Com isso, é formado um panorama do desenvolvimento histórico e cenário atual do trabalho em Foz do Iguaçu, como reflexo de interesses geopolíticos brasileiros no século XX, apontando para a materialização de diferentes relações de poder, e para a necessidade de organização da classe trabalhadora.

1. Geopolítica brasileira

A geopolítica, em suma, pode ser compreendida como a ciência que estuda as formas de aplicação do poder, seja político, econômico ou militar, em um determinado espaço geográfico, amplo ou específico. Nestes termos, se destacam os estudos estratégicos, visando a manutenção ou ampliação do poder exercido por um ator do Sistema Internacional.

As primeiras produções geopolíticas no Brasil são do início do século XX. À época, se construíam sob a atuação do Barão de Rio Branco os últimos traços das fronteiras brasileiras no papel, em um processo iniciado ainda no período imperial. Além disso, desde o império a atuação da Política Externa Brasileira demonstra preocupação com o status de liderança no sub-sistema regional. Nesse sentido, a manutenção das fronteiras e a expressão de poder no Sistema Internacional, bem como a liderança regional, passam a ser preocupações nacionais.

A geopolítica é estudada no Brasil pela primeira vez com as produções de Everardo Adolpho Backheuser. Na sua produção, a ideia que se destaca é de fronteiras vívidas, para que seja refletido o poder do Estado, e subordinadas ao governo central (ANDERSEN, 2009, p. 3). Na sequência, Mario Travassos trabalharia esta ideia, destacando as fronteiras na região do Prata, que expandiriam atividades financeiras fazendo crescer a projeção continental do Brasil (ANDERSEN, 2009, p. 3). Mais tarde, Terezinha de Castro propõe que a presença humana fortalece a posse territorial e promove a integração pelo envolvimento (ANDERSEN, 2009, p. 4). Nesses termos, há preocupação com a segurança nacional e com a expansão do poderio brasileiro sobre a região.

Estas ideias sobre como empregar a própria população para garantir a soberania nacional influencia diferentes governos ao longo do século XX. Durante o governo Vargas, as proposições dos geopolitólogos brasileiros são materializadas em duas ações de destaque. A marcha para o Oeste, nas fronteiras de Santa Catarina e Paraná com a Argentina e o Paraguai, que basicamente propõe incentivos à ocupação das terras, destacadamente pela migração gaúcha, e a criação de uma faixa de fronteira de 150 Km, que responderia diretamente ao Governo Federal.

Mais tarde, durante a ditadura civil-militar, com grandes obras, estas ideias se materializaram em diferentes projetos. Destacadamente a construção da Hidrelétrica de Itaipu, iniciada em fevereiro de 1971, e o Projeto Calha Norte, iniciado em 1985. A primeira, significaria o crescimento da oferta de energia ao país, que subsidiaria o desenvolvimento principalmente da região sudeste, além de ter efeito bélico analisado pela Argentina, uma vez que um eventual rompimento da barragem seria catastrófico para o território argentino, além de sua construção significar danos à capacidade de geração de energia e navegação no território argentino. Já o PCN melhoraria a infraestrutura de defesa, mas também de educação, esporte, segurança pública, saúde, assistência social, transportes e desenvolvimento econômico nas calhas dos rios Solimões e Amazonas.

No caso do empreendimento na fronteira com o Paraguai, a ocupação do território era anteriormente pequena ao ponto de, após a Guerra do Paraguai, militares reivindicarem a construção de uma colônia militar para evitar a contestação de fronteiras. Na época da “Questão de Palmas”, entre 1890 e 1895, um dos termos levados em consideração foi a ocupação da região por 30 estrangeiros e 5.763 brasileiros (STECA E FLORES, 2002, p. 93-94).

2. Imigração em Foz do Iguaçu

Além da quantidade de trabalhadores que chegam à Foz do Iguaçu devido à construção e operação de Itaipu, soma-se ao tema a instalação de uma comunidade razoavelmente grande de imigrantes na região, com destaque para a chegada de migrantes sírios e libaneses à Tríplice Fronteira, que é dividida por estudiosos em quatro grandes fases. A primeira, entre 1880 e 1920, com a desestruturação do Império Turco-Otomano e a Primeira Guerra Mundial; A segunda deste ponto até 1940, com o domínio Francês sobre o Líbano, uma vez que parte do território que antes pertencera ao Império Turco-Otomano havia sido dividido entre franceses e ingleses, encerrado quando os aliados invadem a Síria e o Líbano e, sob pressão britânica, a França reconhece a independência dos territórios; A terceira que segue até 1975, com o Líbano independente, um período de relativa paz na região; E a quarta entre 1975 e 2000, com a Guerra civil libanesa.

Para estes, Foz do Iguaçu significava um *Safe Haven*. Este conceito, no entanto, é utilizado com dois significados diferentes. Quanto à migração, é utilizado significando um local distante, seguro, onde podem refugiar-se e começar uma nova vida pessoas que precisam fugir de guerras, perseguição política, fome ou demais necessidades. No caso específico da migração libanesa, na primeira, segunda e quarta ondas, Foz do Iguaçu se enquadra nestes termos.

No entanto, outra concepção importante do conceito é o desenvolvido principalmente por instituições de combate ao terrorismo internacional, que entendem como locais onde se instalam organizações terroristas com a finalidade de, em segurança, desenvolver suas atividades. A região da Tríplice Fronteira passa a ser vista dessa forma após os atentados terroristas no território argentino em 1992 e 1994, uma vez que as investigações supõem que

os grupos responsáveis pelos ataques teriam entrado em território argentino através de Puerto Iguazú, na fronteira com Foz do Iguazu e Ciudad del Este.

Esta quarta onda de chegada de imigrantes sírio-libaneses na região da tríplice fronteira se dá ao mesmo tempo em que uma grande quantidade de trabalhadores chega a Foz do Iguazu para a construção da Itaipu. A expectativa é de uma localidade com um mercado consumidor em pleno crescimento, mas onde estão presentes relativamente poucos comerciantes para suprir a demanda local. Outro ponto decisivo para a procura dessa região à época é o contato com migrantes que já estavam estabelecidos na região anteriormente.

Ainda, outro diferencial da chegada até Foz do Iguazu esta época é que ocorre após a construção da BR-277. A construção desta liga o Porto de Paranaguá à fronteira com o Paraguai e a Ruta 7. Mais adiante, havendo caminhos até Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba na Bolívia, e Cusco, Nazca e Lima no Peru, indiretamente ligando Atlântico e Pacífico. No território brasileiro, se torna também uma rota de passagem da imigração. Os imigrantes que chegam ao Porto de Santos chegam à BR-277 através da BR-116, havendo intersecção na região de Curitiba, a partir de então o caminho para o interior do continente é basicamente o mesmo, seja para os que se instalaram em Foz do Iguazu ou para os que seguiram em direção a outras localidades, como Assunción.

Com uma rota facilitada e expectativa de oportunidades, Foz do Iguazu se torna um ponto atrativo, ao menos por algumas décadas. Com os atentados dos anos 1990, e a securitização² da Tríplice Fronteira e seu grande número de imigrantes, sendo tratada como uma região de atuação do Hezbollah³, considerado um grupo terrorista, as problemáticas relacionadas à xenofobia foram evidenciadas, e para um bom número de pessoas dessas comunidades a saída foi retirar-se novamente, para outro espaço.

3. Raízes da problemática do trabalho em Foz do Iguazu

² Em resumo, o termo significa a transformação em temas de segurança de pautas societárias, ambientais ou de outros setores que não sejam originalmente tratados desta forma. A imigração se enquadra em temas societários, que ainda que não sejam militares, são tornados temas de segurança. Na situação estudada no texto, há uma xenófoba visão de que há organizações terroristas presentes na tríplice fronteira a partir da instalação das comunidades de migrantes sírios e libaneses.

³ O Hezbollah é, primeiramente, uma organização política com um braço paramilitar de orientação xiita, considerado uma organização terrorista por boa parte da comunidade internacional. Responsável por serviços na área de educação, saúde e agricultura em território libanês, além de combater, na região, o Estado Islâmico.

Nos anos iniciais da ditadura civil-militar brasileira, a população de Foz do Iguaçu era de cerca de 30.000 habitantes. Já em 1992 esse número saltaria para 185.000 habitantes, segundo dados apresentados por Catta (1994, p. 53). Esse processo é reflexo da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que chegou a contar, em um mesmo momento, com mais de 30.000 empregados, sendo mais de 20.000 brasileiros (CATTÀ, 1994, p. 53).

O grande contingente de trabalhadores presente na construção de Itaipu, somados aos migrantes, teve grandes reflexos no município de Foz do Iguaçu. Primeiro, porque conformaram, durante os primeiros anos, um crescimento astronômico do mercado consumidor na localidade. Segundo, porque há a divisão de parte do território do município em vilas que agregam, cada uma, trabalhadores de níveis diferentes, dividindo-os em guetos com base na função desempenhada e salário recebido. Terceiro, porque com o andamento da obra, um grande contingente de trabalhadores, inseridos na localidade, se tornaram desempregados, sem que a cidade contasse com atividades produtivas capazes de absorver tamanha mão-de-obra. São reflexos deste processo:

um favelamento acelerado nas áreas periféricas da cidade e um vertiginoso aumento da exploração imobiliária; desorganização das áreas centrais com um trânsito caótico, acidentes constantes, formação de comércio paralelo de produtos diversificados e mesmo a derrubada e descaracterização de prédios históricos; alto índice de criminalidade (assaltos, arrombamentos, homicídios, furtos de automóveis que são levados para desmanche ou comercializados no Paraguai); a formação de organizações que buscam, nesse embate entre classes, sobreviver às estruturas impostas pela acelerada mudança de seu cotidiano nos últimos quinze anos (CATTÀ, 1994, p. 54).

Cumprir observar que o desenvolvimento de atividades ilícitas aparece nesse processo como forma de subsistência. A tese de que estas atividades se desenvolvem pelo baixo poder de forças de segurança é negado pelo histórico de Foz do Iguaçu, que nesse momento histórico contava com instalações militares desde 1888, com as polícias Federal, Civil, Militar, Receita Federal, Capitania dos Portos e Segurança de Itaipu.

Em suma, a cidade de Foz do Iguaçu teve um grande crescimento de uma forma absolutamente acelerada. Com isso, não houve capacidade de absorver ordenadamente este crescimento, tanto em questões relativas ao mercado de trabalho quanto a temas de habitação⁴ e a construção da infraestrutura municipal, cuja relevância é ainda acrescida pelo fluxo de pessoas com direção ao Paraguai e à Argentina.

⁴ Considere-se que a questão fundiária em Foz do Iguaçu continua sendo uma problemática relevante em 2020.

Esse momento marca uma divisão entre duas realidades sociais diferentes. A do empregado e a do desempregado. Aos trabalhadores empregados, coube a organização sindical como forma de defesa de direitos e interesses. Já aos grupos desempregados, coube o desenvolvimento de atividades informais e, por vezes, ilícitas, como forma de subsistência.

4. Organização dos trabalhadores em Foz do Iguaçu e o caso de Itaipu

Diferentes formas de compreender a divisão de classes sociais e a necessidade – e formas – de organização da classe trabalhadora se desenvolveram frente a diferentes realidades ao longo do tempo. Em diferentes momentos históricos, surgiram os sindicatos de ofício, com profissionais que desempenhavam a mesma função ainda que em diferentes espaços, os sindicatos de indústria, que enquadravam trabalhadores de um mesmo setor de produção, independentemente da função realizada ou da empresa na qual se trabalha, além dos sindicatos gerais, que se levantam com o revolucionário objetivo de organizar toda a classe trabalhadora, independentemente de função ou espaço de atuação (RODRIGUES, 2009, p. 9-12). Ainda que haja uma sequência cronológica de aparecimento destes, apresentado por Rodrigues (2009), há organizações na contemporaneidade que podem ser enquadradas em todas estas classificações, mesmo que com adaptações.

Ainda, o Brasil passaria, destacadamente no período de redemocratização, na década de 1980, pela dicotomia entre um velho e um novo sindicalismo. O velho, no qual os trabalhadores funcionariam como massa de manobra, organizados passivamente principalmente por partidos comunistas, combatidos pela ditadura, é substituído pelo novo, com identidade de bom, justo e, principalmente, democrático. Esse processo se dá concomitantemente ao crescimento do número de filiados durante o processo de redemocratização, além de intensificação dos processos de organização e participação internas (SANTANA, 1995, p. 83-84). Nesse cenário é que nasce a Central Única dos Trabalhadores, sob a égide da unidade dentro da diversidade (SANTANA, 1995, p. 86-87).

Em Foz do Iguaçu, diversos sindicatos surgiram, cada um com suas especificidades. Entre eles o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Foz do Iguaçu, incluindo trabalhadores da Itaipu Binacional, que mais tarde dariam luz ao Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Produção, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, de Fontes Hídricas, Térmicas e Alternativas de Foz do Iguaçu, ou, mais recentemente, Sindicato dos

Eletricitários de Foz do Iguaçu. Este histórico em específico significa que este determinado grupo de trabalhadores esteve organizado primeiramente em um sindicato cujo princípio ordenador era a localidade de trabalho (Foz do Iguaçu), para um no qual é incluído o termo do setor produtivo do trabalho (eletricitários).

O SINEFI é um caso emblemático de organização sindical porque, em sua história, representa os trabalhadores do ramo em Foz do Iguaçu, levando em conta direitos trabalhistas, as pautas da Federação Nacional dos Urbanitários, da Central Única dos Trabalhadores, as pautas locais, a realidade das relações com as empresas do ramo presentes na localidade (Itaipu, COPEL, FURNAS), e, ainda, no caso dos trabalhadores da Itaipu Binacional, a realidade das relações de trabalho tanto na margem brasileira quanto na margem paraguaia da empresa. Isso significa que a atuação do sindicato busca, nos direitos trabalhistas brasileiro e paraguaio, os melhores termos aos trabalhadores, a serem inseridos nos Acordos Coletivos de Trabalho.

5. Desemprego e trabalho informal na Tríplice fronteira

Com o rápido crescimento populacional, rápido crescimento da demanda na localidade, e na sequência, o rápido crescimento do desemprego, fruto do fim da construção da Hidrelétrica de Itaipu, a população precisou encontrar novas formas de sustento. Pelo rápido retorno financeiro e relativa lucratividade, o comércio foi a resposta para diferentes grupos.

No entanto, a forma de desenvolver a atividade do comércio não é única. Há grupos que tem a capacidade financeira de instalar-se de forma confortável, mas diferentes grupos tem a necessidade de realizar as atividades comerciais nas ruas, vendendo produtos de baixo valor, uma vez que das poucas economias vinha o capital a ser investido nas mercadorias, gerando um amplo processo de mascateação⁵.

Do outro lado da fronteira, a ditadura paraguaia de Alfredo Stroessner constrói a Ciudad de Puerto Stroessner, atual Ciudad del Este⁶. A cidade criada para mostrar o progresso do Estado sob o líder nacional, devendo ser símbolo do desenvolvimento, recebe obras e

⁵ Mascate é o termo utilizado no Brasil, vindo de uma forma pejorativa de referir-se a vendedores ambulantes, relacionado à chegada de portugueses que desempenhavam essa função na cidade de Mascate, atualmente localizada no território do Omã.

⁶ O nome foi rapidamente modificado após a deposição do ditador.

investimento público em larga escala e, para favorecer a atividade comercial, os impostos são reduzidos, criando um mercado com capacidade para concorrer tranquilamente com o brasileiro e argentino.

Esse cenário criado na fronteira torna altamente lucrativo o comércio de produtos contrabandeados, abastecendo o interior do Estado principalmente através da BR-277, que se consolida como o principal corredor de escoamento de produtos importados legal e ilegalmente na fronteira, chegando ao Porto de Paranaguá, ou às conexões com outras estradas no interior do estado, conectando-se a outros mercados no território brasileiro.

Segundo Da Silva e Lisboa (2019, p. 72) ainda, os negócios à margem da lei, relacionados à corrupção e negligência do Estado formam um processo estruturado, com possibilidades reais de ganhos aos agentes envolvidos. Nesse sentido, destaca-se que as atividades são lucrativas aos indivíduos em sua base, uma vez que as de alto risco tem remuneração relativamente alta, e aos grupos no topo das organizações, que transferem aos entes mais fracos boa parte dos riscos, mantendo alto faturamento sobre as atividades. Como exemplo, muito além de atividades de contrabando variadas, há atividades de lavagem de dinheiro, como a apresentada pelo caso Barakat (DA SILVA et. al., 2019, p. 194), onde o ilícito é realizado através de cassinos em Puerto Iguazú.

Tanto para as atividades lícitas quanto para as atividades ilícitas, nesse sentido, o risco é grande. Para que o sustento se dê de forma perene, independentemente de qualquer tipo de eventualidade, o fluxo de caixa precisa ser razoavelmente grande. Esse, no entanto, não é um luxo da grande maioria dos trabalhadores informais. No geral, estes pilares geram um cenário de ampla permeabilidade do mercado local a alternativas que possam gerar renda para subsistência.

A esse cenário se unem, mais recentemente, dois grandes fenômenos apresentados por Fonseca (2017, p. 4): o desenvolvimento de tecnologias móveis e a disseminação da internet e a crise econômica de 2008, vetor da amplificação do desemprego e da decorrente informalidade. A crise representa uma grande necessidade de buscar novos mercados e soluções para a geração de renda. As novas tecnologias significam um sem fim de ferramentas para estas novas soluções. O que se apresenta a partir de então é uma nova fase das relações de poder no mercado de trabalho. A exploração passa a ser mascarada pela alienação do trabalho, uma vez que houve grandes mudanças na forma de contratar, marcadas pela necessidade que se mascara de voluntarismo, materializadas em diferentes *startups*.

As *startups*, portanto, oferecem soluções tecnológicas para que as pessoas utilizem seu tempo de forma maleável para desenvolver trabalhos remunerados, complementando sua renda, aproveitando situações rotineiras como um quarto sem uso em sua residência ou o deslocamento para o trabalho ou para casa. Por outro lado, oferecem emprego sem os mais diversos direitos trabalhistas. Nessa nova fase das relações de trabalho são empregados preceitos fordistas de redução de preço e consumo em massa aplicados ao serviço sob demanda característico do toyotismo.

Outro ponto sobre as *startups* apresentado por Fonseca (2017, p. 6) é que, no geral, buscam agentes primários de oferta e de demanda cujos serviços passam a ser utilizados diretamente, excluindo uma série de atividades e atores intermediários das cadeias produtivas. Com esse processo, é possível oferecer ao cliente um serviço com preço mais baixo, o que, inclusive, é fator de disputa judicial e política, como nos diversos episódios nas mais variadas localidades brasileiras onde se enfrentaram taxistas e motoristas de aplicativos, por exemplo. Se, *a priori*, o valor mais baixo é atrativo ao consumidor, outro problema é gerado no seio das relações de trabalho. Os trabalhadores inseridos nas atividades intermediárias precisam buscar novas formas de renda. Em suma, as soluções criam um sistema onde se aproveitam de ampla oferta de mão-de-obra, e que conta com ferramentas próprias capazes de gerar mais oferta da mesma.

Entre os resultados desse cenário, as formas de concorrência no mercado são modificadas. Há concorrência entre as empresas, como diferentes empresas de transporte por aplicativos (Uber, Garupa, 99 taxi, entre outras), mas há, em certos termos, uma concorrência interna à classe explorada.

O contrato de trabalho com as *startups*, via de regra, não prevê um salário por período trabalhado, mas sim uma remuneração mediante serviço específico prestado. Assim, há disputa por parte dos trabalhadores pela demanda, o que significa para o trabalhador a necessidade, por exemplo, de trabalhar por mais tempo para garantir a renda objetivada.

Ainda, este contrato com face voluntarista, marcada pela substituição do termo trabalhador pelo termo colaborador e assemelhados, que esconde a contraposição de classes, gera a ausência de ação coletiva, o que significa a impossibilidade de associação dos trabalhadores em formatos anteriormente conhecidos, como o dos sindicatos. De certa forma, a empresa, ao receber a inscrição do motorista ao invés de contratá-lo, não simplesmente oferece o motorista ao cliente, mas, também, o cliente ao motorista. Essa construção, no

entanto, é mais retórica do que prática. A possibilidade de escolha do trabalhador em certos termos e sua liberdade de horários não faz com que deixe de ser classe trabalhadora, e não faz com que deixe de haver exploração de mais-valia. O trabalhador continua desempenhando um serviço com determinado valor, no qual detém uma parcela, enquanto uma parcela é remetida ao mais-valor das empresas.

Considerações finais

A construção das relações sociais e de trabalho é condicionada por uma série de fatores que não se constroem de forma independente, como apresentados anteriormente, preceitos geopolíticos que se mesclam a dinâmicas do capitalismo em uma situação que envolve uma comunidade de milhares de indivíduos. A construção dessas relações se dá através de diferentes relações de poder econômico, político, ideológico, cultural e até mesmo legal, conformando o que pode ser compreendido pela teoria gramsciniana como bloco histórico.

Ainda, as relações puramente econômicas não são suficientes para explicar o desenvolvimento histórico das relações sociais, devendo ser consideradas correlações de forças internacionais (de integração, imperialismo e subimperialismo, interdependência), sociais (desenvolvimento de forças produtivas e posições sociais relacionadas às bases econômicas), políticas (de disputa de projetos societários e busca de hegemonia para aplicá-los) e mesmo militares (sejam materializadas na função repressora do Estado, na insurgência e resistência ou no enfrentamento entre diferentes organismos no sistema internacional).

No cenário observado, a relação entre as forças presentes mostra a construção de uma realidade complexa, onde foram construídas formas de trabalho e atuação de grupos sociais em defesa dos trabalhadores em relação a um mundo do trabalho que, durante as últimas duas décadas, e principalmente após a crise de 2008, sofreu amplas transformações e não deve, de forma alguma, voltar a ser como antes.

Burocraticamente, as novas formas de relações de trabalho são diferentes das anteriores. Muito além da forma de referir-se ao trabalhador de novas formas, como marcado pela substituição do termo empregados pelo termo colaboradores, existem diferenças na

forma de contratação e direitos, o que mostra, na prática, a necessidade da contínua vigilância e legislação sobre o trabalho.

Politicamente, as amplas mudanças nas relações de trabalho impõem a necessidade de aplicação de novos métodos de organização da classe trabalhadora em uma postura reivindicativa, uma vez que as formas de exploração do trabalho são profundamente modificadas.

Como fica explícito nas relações sociais criadas por uma estratégia geopolítica de grande impacto, o cotidiano de centenas de milhares de pessoas foi modificado a partir da década de 1970 com base em concepções de projeção de poder e segurança de fronteiras. Sendo assim, as relações internacionais e as estratégias geopolíticas não podem ser compreendidas como algo restrito a gabinetes e a altas lideranças políticas e militares. A relação sociedade, comunidade e relações internacionais é profunda e palpável.

Como resultado, e retomando a teoria gramsciniana, cabe aos intelectuais, ou seja, aos que, independentemente de sua formação, exercem a função de compreender e gerar consciência, dando homogeneidade aos grupos que passam pelo distanciamento criado pelas mudanças nas relações de trabalho, apropriando-se de sua função econômica, social e, principalmente, política, para que sejam novamente criadas formas de se contrapor à hegemonia exercida por outros grupos sociais.

Referências

- ANDERSEN, S. (2009). Geopolítica e Energia na Bacia do Prata: o caso emblemático de Itaipu. **I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder**, Curitiba, PR, Brasil 17.
- CATTA, L. E. (1994). **O cotidiano de uma fronteira**: a criminalidade e o controle social. *Esboços: histórias em contextos globais*, 1(1), 50-58.
- DA ROCHA, A. S. (2006) **Itaipu**: Projeções Geopolíticas Brasileiras Sobre a Bacia do Prata. *Revista Geo-Paisagem*.
- DA SILVA, M. A.; LISBOA, M. T. (2019). **Criminalidade no século XXI e a tríplice fronteira**: reflexões a partir de Coleman, Naim e Robinson. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(214), 68-77.
- DA SILVA, M. A., et. al. (2019). **A Imprensa nacional (Brasil, Argentina e Paraguai) e o nexó terrorismo-Tríplice Fronteira em 2018**. *Orbis Latina*, 9(2), 192-207.

DE ARAÚJO, M. M. (2018). **Reforma trabalhista em tempos de “uberização”**: qual o papel do Estado frente às tendências de precarização do trabalho? Rio de Janeiro, 69.

DO AMARAL, A. B. (2007). **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**: dinâmicas de constituição da ameaça terrorista no Cone Sul. *Carta Internacional*, 2(2), 48-58.

ESPOSITO-NETO, T. (2013). **Um panorama da literatura relevante sobre Itaipu**. *Meridiano 47*, 14(138), 37-44.

FAUSTINO, C. V. (2013). **Itaipu, 30 anos depois**: subsídios para a segurança energética brasileira e a cooperação sub-regional na Bacia do Prata. *Revista Política Hoje*, 23(1), 113-128.

FONSECA, L. S. F. (2017). Fronteiras da precarização do trabalho: uberização e o trabalho on-demand. / **XXXI congresso ALAS**, Montevideo, Uruguay, 22.

HIRATA, H. (2011). **Tendências recentes da precarização social e do trabalho**: Brasil, França, Japão. *Caderno crh*, 24(SPE1), 15-22.

IBGE. (2020). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / indicadores. Acesso em <https://www.ibge.gov.br/indicadores>.

MENDES, I. L. et. al. (2019). **Memórias subterrâneas**: produção de acervo e espaços de diálogo sobre cotidiano, violência e resistência dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu.

RODRIGUES, L. M. (2009). **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

SANT’ANNA, F. M.; RIBEIRO, W. C. (2015). Conflito pela geração de energia na Bacia do Prata: o caso de Itaipu. / **5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, Belo Horizonte, MG, Brasil, 15.

SANTANA, M. A. (1995). **Cultura sindical e identidade nos anos 80/90**. *Revista de Ciências Humanas*, 13(17 e 18), 82-90.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. (2002) **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. Eduel: Londrina.

TEIXEIRA, D. L. P.; DE SOUZA, M. C. A. (1985). **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo**. *Revista de Administração de Empresas*, 25(4), 65-72.

THOMAZONI, T. (2018). **Análise do processo de securitização e inclusão da Tríplice Fronteira na “guerra ao terrorismo”**. *Orbis Latina*, 8(2), 170-180.

VARESI, G. (2016). **Apuntes para una teoría de la hegemonia en Gramsci**. Buenos Aires.